

PREFÁCIO*

Regina Miotto

Sob o título - ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA NA CENA CONTEMPORÂNEA: temas em debate - está reunido um conjunto de textos subscritos por autores altamente reconhecidos nesse campo do conhecimento, nos brindando com análises consistentes e profícuas. Estas, através dos dados e informações que contém, nos instigam ao diálogo e abrem novas possibilidades de apreensão e compreensão da atual conjuntura da política social brasileira, particularmente da Política de Assistência Social e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Isto se torna possível à medida que os textos, ao tratarem de diferentes dimensões ou aspectos da política de assistência social, estão articulados através das categorias fundantes do pensamento crítico dialético – historicidade, totalidade e contradição. A apropriação dessas categorias nos diferentes artigos permite não só a interlocução entre eles, como também o acompanhamento da lógica e da dinâmica impressa na política de assistência social inserida no movimento da proteção social brasileira e condicionada às determinações do capitalismo contemporâneo

Este contexto é o chão sobre o qual ganham projeção os embates políticos e debates para a afirmação da assistência social instituída como direito na Constituição de 1988; para a configuração da Lei da Assistência Social de 1993; da Política Nacional de Assistência Social de 2004, com ênfase no Sistema único de Assistência Social (SUAS) de 2005; dos programas de transferência de renda e suas condicionalidades; e a pertinência das análises sobre o financiamento e o orçamento da política de assistência social, sob políticas de austeridade.

No escopo do debate do SUAS enfatiza-se o trabalho social, seus usuários, seus profissionais, referenciando a família e abordando temas que desafiam o cotidiano dos serviços de Assistência Social

* DOI - 10.29388/978-65-6070-108-3-0-f.8-13

relacionados ao envelhecimento populacional, gênero e raça-etnia. Projetam-se também os processos de configuração e desmantelamento desse sistema e os desafios que hoje se impõem. Com eles, questões fundamentais são abordadas, como a desigualdade, o Estado e as políticas de austeridade e seus impactos na política social, bem como o conservadorismo da sociedade brasileira. A obra, obviamente, é embalada pela prerrogativa da Assistência Social como direito social e pela defesa intransigente dos direitos sociais e dos preceitos constitucionais de 1988.

A questão da desigualdade aparece tratada nos seus eixos fundamentais de classe, gênero e raça/etnia. Os artigos revelam a sua complexidade que expressam sua natureza estrutural, dinâmica e cumulativa, como postulam Trovão & Bacelar (2020). Estrutural porque é imanente à forma de organização social capitalista. Dinâmica, pois em seu processo novas desigualdades passam a conviver com formas de desigualdades já enraizadas. E cumulativa, pois o surgimento de novas desigualdades não implica em substituição, mas sim em sobreposição. Dessa forma, como se apreende nos trabalhos apresentados, quando se trata de desigualdade devem ser considerados tanto os desafios do presente e do futuro, quanto os constrangimentos herdados do passado.

Em relação ao Estado e as políticas de austeridade os textos são pródigos em demonstrar, a partir de diferentes perspectivas, que o Estado se constitui como uma determinada forma de institucionalização das relações sociais de poder e, portanto, ele não pode ser definido pela sua organização funcional, mas como expressão de relações antagônicas e contraditórias, que tem como antagonismo fundante o capital e o trabalho e suas contradições (Hirsch, 2010). Sob esse prisma ganham proeminência nas análises a financeirização como forma contemporânea de reprodução do capital e a captura do Estado nesse processo, através do fundo público, além do desmonte do projeto da Seguridade Social brasileira. Tratam com maestria o desmonte da Política Nacional de Assistência Social em suas várias dimensões, expondo as formas e estratégias contidas nesse

processo, bem como a inclusão da política de Assistência Social no circuito da financeirização. Com isso, ficam expostos os impactos do pensamento neoliberal, que se fortaleceu no final do século XX, impregnado de uma nova racionalidade que atinge todos os níveis da vida social. Tem ancoragem na transformação da atuação do Estado, na primazia do mercado e na aposta, obviamente, da família como canal privilegiado para garantir tal proposição.

Dessa forma, no campo da proteção social se reafirma o dogma da família como principal instância de provisão de bem-estar, corroborando a ideia de Borón (1999) quando destaca a notável capacidade do pensamento neoliberal de criar, recriar e incrementar um “senso comum” neoliberal enraizado nas crenças populares. Essa indicação de Borón faz eco em diferentes artigos deste livro, à medida que trazem de forma implícita ou explícita a questão do conservadorismo, que na sociedade brasileira se expressa numa cultura política de caráter patrimonialista, clientelista e familista. É justamente esta cultura que impregna historicamente a assistência social no Brasil e que contribui sensivelmente para a modelagem de padrões de relações entre o Estado e as famílias da classe trabalhadora, através de quatro eixos principais. São eles: a) um padrão familista de responsabilidade pelos custos da reprodução; b) um padrão de ofertas sociais baseados na seletividade e focalização, como forma deletéria de atender as necessidades da classe trabalhadora; c) um padrão de controle das famílias por meio dos serviços sociais; d) um padrão de ofertas sociais pautadas na ética do trabalho que atravessa os serviços sociais. Na combinação desses eixos, o resultado é de um poder estatal que demanda e requisita das famílias adesão e comprometimento com o desenvolvimento do capital e suas formas de exploração (Nunes, 2022). Na mediação dessas relações, o trabalho social ganha destaque e, também, traz a marca indelével do conservadorismo ao longo de sua história. Assim, ainda continua persistindo através dele o reforço a consensos hegemônicos de família, nas suas formas de ser e conviver e, principalmente, da responsabilidade da família na provisão de bem-

estar. Ou seja, busca-se assegurá-la como responsável pela manutenção e reprodução da força de trabalho, compelindo-a a atuar de forma a assegurar a satisfação das necessidades de seus membros. Uma atuação que implica basicamente três ordens de elementos. Primeira, a realização do trabalho doméstico e de cuidado de natureza não paga, que recai essencialmente sobre as mulheres. Segunda, a busca incessante pelo acesso e usufruto de recursos públicos, que incluem tanto os recursos monetários (Programas de Transferência de Renda) como os serviços sociais. Estes geralmente distribuídos de forma assimétrica e desigual nos territórios, contribuindo de forma contundente para a reprodução das desigualdades. Terceira, o atendimento às demandas postas pelos serviços sociais, tanto de natureza administrativa quanto de natureza participativa.

Portanto, não por acaso, a assistência social como direito de cidadania é palco de intensos embates que atravessam todos os seus processos de proposição e de implementação e execução da política de assistência social, através do SUAS. Esses processos constituem o cerne do debate dessa coletânea, que está organizada em duas partes. A primeira – O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRO – programas de transferência, gestão, orçamento e financiamento – reúne textos que buscam analisar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) enquanto modelo de gestão da política de assistência social. A segunda parte - FAMÍLIAS, GÊNERO, RAÇA-ETNIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – abarca um conjunto de estudos nos quais se tornam presentes os usuários do SUAS e suas questões, que tensionam o cotidiano dos serviços sociais, tais como gênero, envelhecimento, além da própria configuração de serviços, como o PAEFI, e da presença da família no contexto do SUAS e na provisão de bem-estar. Nessa organização é interessante observar que a transição entre as suas duas partes se faz através da abordagem de dois atores centrais na dinâmica da política de assistência social: os profissionais no contexto do trabalho social e suas condições de trabalho, e os usuários dessa política. Personagens que nem sempre ganham destaque nos debates sobre Política Social. Isso reforça o

profundo compromisso dos pesquisadores na compreensão do *modus operandi* do SUAS e o caráter estratégico dessa obra na discussão sobre o presente e o futuro da Política de Assistência Social no Brasil.

Além dos destaques já elencados sobre o mérito dessa coletânea e da sua importância para o debate sobre a institucionalização da assistência social como política pública no Brasil, deve ser mencionado a relevância de sua contribuição para a área de Serviço Social, considerando dois aspectos principais. O primeiro é a oferta de análises que desvelam temas e questões que se colocam no cotidiano dos assistentes sociais, fomentando um exercício profissional conectado ao projeto ético-político da profissão, e instigando à resistência e a persistência na luta pela defesa da assistência social como direito de cidadania e da política de assistência social forjada no pós 1988. O segundo, que não é descolado do anterior, consiste no fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento, reconhecida no plano científico e institucional. Historicamente, uma área que se constituiu, a partir dos anos de 1970, em meio a intensa interlocução da profissão com o movimento da sociedade brasileira em direção à democracia e aos direitos sociais. Na continuidade desse movimento, vai se consolidando cada vez mais como interlocutora importante no debate da política social, fortalecendo um diálogo mais municiado e consistente com os defensores do “produtivismo econômico” e da tecnocracia brasileira. Nessa tradição, insere-se essa coletânea que é fruto do trabalho de uma rede de pesquisadores, composta por diferentes grupos de pesquisa da área, vinculados a UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), a UFF (Universidade Federal Fluminense) e a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Através dela foi possível o desenvolvimento de um projeto interinstitucional de investigação, financiado pelo CNPq, que possibilitou alavancar o debate que ora vem a público.

Enfim, estamos diante de um conjunto de textos que, graças às razões elencadas, tornou a incumbência de prefaciar essa coletânea uma tarefa honrosa e gratificante. Por isso meu agradecimento à

equipe organizadora e o desejo que essa coletânea chegue “às mãos” de muitas e muitos leitores, que seja ponte para profícuos diálogos e sirva de inspiração à profissionais e pesquisadores.

Florianópolis, verão de 2025

Referências

BORON, A. Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (ORG.) **Pós- Neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HIRSCH, J. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan. 2010

NUNES, Renata. **A dialética Família e Estado na formação sócio-histórica brasileira**: implicações nos padrões de proteção social. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2022, 243f.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Desigualdades brasileiras nos anos 2000: uma abordagem multidimensional. *Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 56-86, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2019v34n70p56/38512>. Acesso em: 28 jul. 2024.